

## Apresentação

Nesta 17ª Carta de Conjuntura da Saúde Suplementar, constam os principais indicadores econômicos de 2011 e uma análise do impacto do crescimento da renda e do emprego sobre o mercado de Saúde Suplementar. Dentre as estatísticas apresentadas, destaca-se o maior número de beneficiários no mercado de saúde suplementar, devido, em especial, à criação de empregos em empresas de até 4 empregados.

Em 2011, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro cresceu 2,7%. Esse desempenho é aquém dos 4,5% previstos pelos analistas consultados pelo Banco Central, em janeiro de 2011.

No cenário internacional, os países em crise adotaram diversas medidas para estimular o consumo, dentre elas, a expansão monetária e as taxas de juros negativas ou muito próximas de 0%. Como o Brasil possui taxa de juros reais elevadas, o país atrai parte do capital disponível em outros países. Esse fluxo de investimentos estrangeiros tende a aumentar a quantidade de dólar no país. Consequentemente, o preço da moeda norte-americana se desvaloriza frente ao real.

Como a sobrevalorização do real gera perda de competitividade dos produtos brasileiros nos mercados interno e externo, o governo adotou algumas medidas. Uma delas foi baixar a taxa básica de juros, a fim de estimular o consumo das famílias brasileiras. Outra medida tem sido a contenção das despesas de consumo do governo.

Mesmo com essas medidas, o

real continua valorizado e o principal setor impactado é o da indústria de transformação, no qual há forte concorrência com produtos de outros países. Como consequência desse cenário econômico, o ano de 2011, de forma geral, não foi positivo para o setor de indústria, cujo volume de produção recuou 0,4% em relação a 2010. Já o setor da agropecuária cresceu 8,4%, compensando a perda de competitividade causada pelo câmbio com um aumento significativo na produtividade. O setor de serviços apresentou um crescimento de 1,4% em relação ao ano anterior.

Para aumentar a competitividade das empresas brasileiras, será preciso enfrentar antigos problemas, como: a baixa produtividade em geral, os impostos elevados, a falta de infraestrutura adequada para o crescimento sustentado, o baixo nível de poupança do governo e das famílias, entre outros.

Outro problema que permanece no horizonte de preocupação na política econômica do país é a inflação. O índice IPCA atingiu o pico de 7,3% em setembro de 2011 e terminou o ano no teto da meta, 6,5%. Tal pressão inflacionária se deve, principalmente, aos serviços intensivos em mão de obra, como as consultas médicas (9,3% - IPC FIPE de março) no setor de saúde.

Apesar desses índices, a taxa de desemprego no Brasil tem atingido níveis historicamente baixos e a criação de empregos continua em alta. A criação líquida de empregos formais (saldo entre contratados e demitidos) em 2011 foi significativa, com 1,9 milhões

## Nesta Edição

	pág
1. Seção Especial	2
2. Cenário Macroeconômico	4
2.1. Nível de Atividade	4
2.2. Emprego	4
2.3. Renda	5
2.4. Consumo	5
2.5. Inflação	6
2.6. Mercado de Juros e Crédito	6
2.7. Câmbio	6
3. Síntese do Cenário Macroeconômico	8

de novos postos de trabalho (CAGED-MTE). Em 2011, o processo de formalização do trabalho ganhou importância, principalmente nas micro e pequenas empresas (de 1 a 4 funcionários). Estas foram responsáveis por quase 85% do saldo positivo de postos de trabalho.

O mercado de saúde suplementar pode ser impactado positivamente com o aumento de brasileiros empregados. Primeiro, porque a renda familiar vem aumentando. Segundo, porque, com mais empregados, tende a aumentar o número de beneficiários em planos coletivos empresariais (representa 62% de todo o mercado de saúde suplementar — ANS).

Um panorama mais detalhado sobre o impacto do aumento da renda e do emprego para o mercado de saúde suplementar é tratado na Seção Especial deste documento.

Luiz Augusto Carneiro  
**Superintendente Executivo**

**1. Seção Especial****A Saúde Suplementar frente ao aumento do Emprego e da Renda no Brasil**

Nesta seção especial, é apresentada uma análise da evolução do emprego e da renda no Brasil sob a perspectiva do mercado de planos de saúde.

O número de vínculos de beneficiários de planos de assistência médica alcançou 47,6 milhões em dezembro de 2011, o que representa um crescimento de 4,2% no ano, (1,9 milhões de novos vínculos). O número de vínculos em planos coletivos empresariais cresceu 8,2%, ou 2,2 milhões; nos planos individuais, o crescimento foi de

1,9%, ou 186 mil novos vínculos. Esses números podem ser reflexo de fatores econômicos positivos, mais especificamente do aumento do emprego e da renda.

**Tabela 1 - Número de Vínculos de Beneficiários – ANS**

Assistência Médica		Nº. vínculos	Varição 12 Meses
<b>Total</b>		47.611.636	4,2
<b>Contratação</b>	<b>Individual</b>	9.736.272	1,9
	<b>Coletivo</b>	36.751.504	5,8
	<b>Empresarial</b>	29.781.505	8,2
	<b>Por Adesão</b>	6.932.439	-3,5
	<b>Não informado</b>	37.560	0,2
	<b>Não Informado</b>	1.123.860	-19,5

Fonte: ANS - Tabnet - Pesquisado em 26/03/2012

O forte crescimento no mercado de planos coletivos empresariais, por exemplo, é decorrente da criação de empregos. Segundo o Censo de 2010, o número de pessoas ocupadas (com trabalho) passou de 65,6 milhões em 2000 para 86,3 milhões em 2010. Houve, portanto, um crescimento de 31,6%, enquanto a população brasileira cresceu 12% no mesmo período.

Vale destacar que o emprego tem crescido principalmente nas micro e pequenas empresas. Segundo informações do CAGED (ainda não segmentadas por porte da empresa), em 2011, foram criados 1,6 milhões de empregos em empresas que tinham até 4 funcionários, de um total de 1,9 milhões de empregos criados<sup>1</sup>.

A dinâmica do mercado de trabalho têm reflexo importante no de saúde suplementar. A estimativa apresentada a seguir foi elaborada pelo IESS com base em um estudo da ANS, que cruza informações da Agência e do MTE.

*Segundo estimativa do IESS, o forte crescimento do emprego formal em empresas com até 4 funcionários é o principal fator responsável pelo aumento do número de beneficiários de planos de saúde médico-hospitalar.*

De acordo com esse estudo, havia 29,2 milhões de beneficiários vinculados a contratos do tipo coletivo empresarial em 2009. Esses beneficiários foram segmentados por porte da empresa estipulante do contrato de plano de saúde, conforme mostrado na tabela 2.

Ao relacionar o número de beneficiários de planos de saúde coletivos empresariais com o número total de empregados, ambos por porte da empresa, é possível extrair uma taxa de cobertura de plano de saúde (tab. 2).

O levantamento do IESS relacionou essa taxa de cobertura com a criação de empregos de 2011. Dessa forma, é possível inferir que, mantida constante a taxa de cobertura, do total de empregos criados em 2011 (1,9 milhão), estima-se que 637 mil contemplavam planos de saúde no pacote de benefícios.

Cabe ressaltar que as estatísticas da ANS mostram que foram criados 2,2 milhões de novos vínculos em planos coletivos empresariais em 2011. Isso porque o mercado de saúde suplementar expandiu para empresas que antes não ofereciam planos de saúde aos seus funcionários, aumentando, portanto, a taxa de cobertura.

As estimativas disponíveis na tabela 2 também ajudam a mensurar o impacto sobre o mercado de saúde suplementar da elevada criação de empregos em empresas de até 4 funcionários. Considerando mantida a taxa de cobertura de plano de saúde em empresas de até 4 funcionários em 21% e a criação de 1,6 milhão de empregos em empresas desse porte, é possível inferir que 21% desses, 353 mil, foram vinculados a planos de saúde coletivo empresarial. (Tabela 2).

Destaca-se que esse montante é superior às estimativas de aumento do número de beneficiários de planos de saúde em empresas que têm 1000 empregados ou mais (152 mil novos beneficiários em 2011).

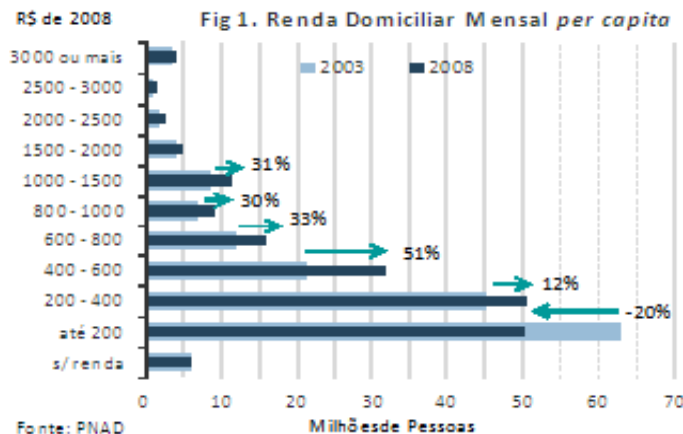
**1. Seção Especial**

Já as empresas que tinham entre 5 e 19 empregados em 2011 mais demitiram do que contrataram, resultando em uma saída líquida do mercado de saúde suplementar estimada em 54.869 beneficiários.

Ao analisar o mercado de planos individuais, conclui-se que este tem relação mais forte com as variáveis socioeconômicas individuais, em especial a renda, do que com o mercado de trabalho.

O cenário de crescimento da renda dos brasileiros tem sido positivo nos últimos anos, proporcionando uma migração de indivíduos das classes D e E para as classes C e B. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) mostra que, de 2003 a 2008, o número de indivíduos com renda familiar *per capita* de até R\$ 200 (R\$ de 2008) caiu 20%. Essas pessoas migraram para faixas de renda superiores. O que se observa é um aumento considerável de indivíduos com renda domiciliar *per capita* entre R\$ 200 e R\$ 1.500 (R\$ de 2008) (Fig 1).

No entanto, mesmo com o avanço significativo da renda, o número de beneficiários em planos individuais cresce a uma taxa inferior à média do



mercado. Pode-se afirmar, portanto, que o crescimento da renda está baseado no bom momento do mercado de trabalho e próprio emprego já insere, automaticamente, muitos dos novos trabalhadores em planos coletivos empresariais, de forma a não precisarem contratar planos individuais.

**Tabela 2: Estimativas de Crescimento para o Número de Beneficiários em Planos Coletivos Empresariais por Porte da Empresa**

Porte da empresa segundo número de Empregados	2009			2011		
	Fonte: RAIS	Fonte: Caderno da ANS		CAGED	Estimativa IESS	
	Número de Empregados Formais	Número de Vínculos	Taxa de Cobertura	Saldo de criação de empregos	Número	Percentual
1 a 4	3.484.001	739.115	21%	1.663.433	352.890	55%
5 a 9	3.331.941	1.023.600	31%	(36.312)	(11.155)	-2%
10 a 19	3.764.578	943.594	25%	(18.558)	(4.651)	-1%
20 a 49	4.757.238	1.420.200	30%	28.152	8.404	1%
50 a 99	3.351.908	1.399.734	42%	36.033	15.047	2%
100 a 249	4.236.164	2.361.081	56%	64.561	35.984	6%
250 a 499	3.581.931	2.213.485	62%	53.424	33.014	5%
500 a 999	3.548.183	2.698.429	76%	72.833	55.390	9%
1.000 ou mais	11.151.602	16.447.133	147%	102.882	151.737	24%
<b>TOTAL</b>	<b>41.207.546</b>	<b>29.246.371</b>	<b>71%</b>	<b>1.966.449</b>	<b>636.660</b>	<b>100%</b>

Fonte: IESS, com base no Caderno de Informações da Saúde Suplementar da ANS e no Cadastro Geral de

## 2. Cenário Macroeconômico

### 2.1 Nível de Atividade

O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro cresceu 2,7% em 2011 (Gráfico 1), taxa inferior ao registrado no ano anterior (7,5% em 2010) e aquém daquilo que o mercado estimava em janeiro de 2011 (4,5%/ Boletim Focus 07/01/2011).

No quarto trimestre de 2011, destaca-se o crescimento no setor da agropecuária de 8,4% em relação a igual período do ano anterior (Gráfico 2). Esse crescimento se deve a um aumento da produtividade (segundo o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola—LSPAIBGE), e da demanda internacional.

No setor de serviços, também houve crescimento (1,4%) (Gráfico 2). Os destaques positivos foram o setor de serviços de informação (4,6%), intermediação financeira e seguros (1,5%) e administração pública (1,5%).

No setor industrial, no entanto, os resultados não foram positivos (Gráfico 2). Esse setor encerrou o ano com retração (-0,4%), principalmente pelo fraco desempenho da indústria de transformação, que decresceu 3,1% no ano. Apenas a indústria extrativa mineral e a de construção civil registraram crescimento no último trimestre de 2011: 3,8% e 3,1%, respectivamente.

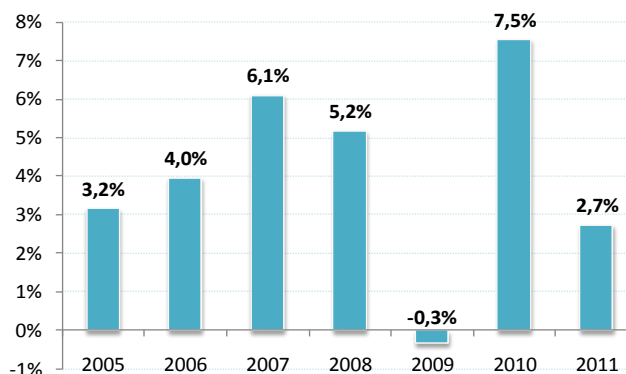
Para o ano de 2012, segundo o Boletim Focus do Banco Central, as expectativas são de crescimento de 3,30% para o PIB e de 5,27% para a inflação medida pelo IPCA (Tabela 1).

### 2.2 Emprego

Segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Min. do Trabalho, o saldo líquido de criação de empregos em 2011 foi de 1,9 milhões. Os setores que mais contribuíram para esse crescimento de postos de trabalho foram o de serviços (934.967) e de comércio (459.841) que, juntos, criaram 71% dos empregos.

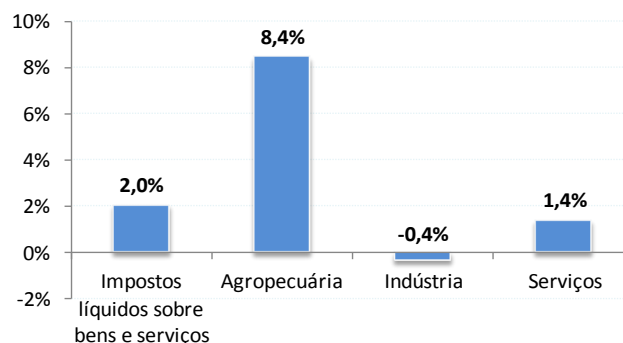
Na tabela 2, consta o volume de empregos criados por porte da empresa, totalizando 1,6 milhões de novos postos<sup>1</sup>. O destaque são as pequenas empresas que têm de 1 a 4 funcionários. Elas criaram 1,3 milhão de empregos em 2011, ou 85% do total.

**Gráfico 1: Taxa anual de crescimento do PIB.**



Fonte: Contas Trimestrais IBGE.

**Gráfico 2: Taxa de crescimento por setor 4ºTri/2011**



Fonte: Contas Trimestrais IBGE.

**Tabela 3 - Expectativas de mercado para 2012**

Indicador	Expectativa
IPCA ( $\Delta\%$ )	5,27
IGP-M ( $\Delta\%$ )	4,59
Meta Taxa Selic (%)	9,00
Câmbio (R\$/US\$)	1,75
PIB ( $\Delta\%$ )	3,30

Fonte: Boletim Focus divulgado dia 16/mar/2011

**Tabela 4: Saldo líquido de admitidos e desligados por**

Número Pessoas	Número de estabelecimentos por porte	Saldo de criação de empregos	Part. na criação de empregos (%)
1 a 4	1.907.315	1.324.727	85%
5 a 9	543.619	(28.918)	-2%
10 a 19	299.846	(14.779)	-1%
20 a 49	172.916	22.420	1%
50 a 99	52.993	28.696	2%
100 a 239	30.234	51.415	3%
250 a 499	11.115	42.546	3%
500 a 999	5.406	58.003	4%
1000 ou mais	3.941	81.933	5%
<b>TOTAL</b>	<b>3.027.385</b>	<b>1.566.043</b>	<b>100%</b>

Fonte: Caged/MTE (sem atualização dos formulários atrasados recebidos em 2012), RAIS 2010.

Vale destacar que, entre as 3 milhões de empresas registradas no país, pouco mais de 1,9 milhão têm entre 1 e 4 funcionários. Além disso, incentivos às micro e pequenas empresas, como o Simples Nacional, têm estimulado a formalização do trabalho.

Como um reflexo da criação de empregos, a taxa de desemprego caiu de 5,2% em novembro para 4,7% em dezembro de 2011, sendo esse o menor valor da série. Devido à sazonalidade, no mês de janeiro de 2012, a taxa de desemprego voltou a subir (5,5%), mas ainda assim esse é o menor nível da série para um mês de janeiro (Gráfico 3).

### 2.3 Renda

Segundo Pesquisa Mensal do Emprego (IBGE), o rendimento real médio da população ocupada cresceu 4% no acumulado do ano de 2011.

A renda média dos trabalhadores que trabalham por conta própria obteve a maior taxa de crescimento (6,1%), enquanto a dos trabalhadores sem carteira assinada decresceu 1,4%.

Analisando por Estado, destaca-se a região metropolitana de Salvador, cujo rendimento médio mensal aumentou 12,4% de dezembro de 2010 a dezembro de 2011. Em Belo Horizonte, o avanço foi de 5,5%; em Recife, de 2,7%; em São Paulo, 2,4%. Já no Rio de Janeiro e em Porto Alegre, houve um recuo de 0,3% e 0,5%, respectivamente.

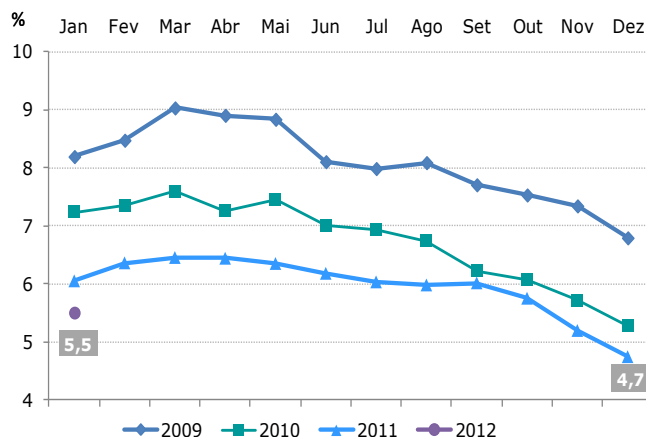
### 2.4 Consumo

No 4º Tri/11, o consumo das famílias cresceu 11% em relação ao 3º Tri/11 (Gráfico 5). No acumulado de 2011, o consumo das famílias cresceu 4,1%, sendo um dos principais fatores que contribuíram para o crescimento do PIB.

A propósito, a participação do consumo das famílias no PIB cresceu 1,3 ponto percentual no 4º Tri/11 em relação ao 4º Tri/10 (59,5% contra 58,2%).

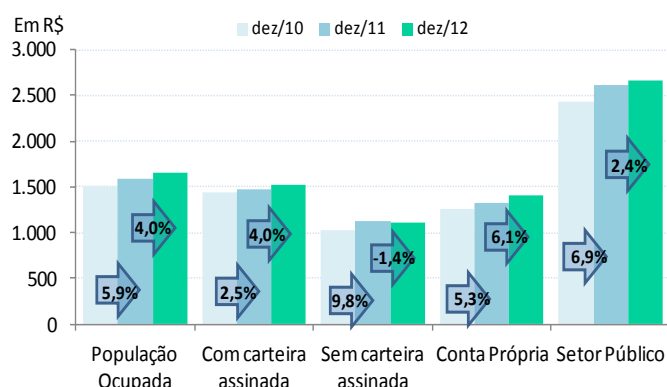
Em relação ao consumo do governo, a variação trimestral foi de 0,4% no 4º Tri/11, após variação negativa no 3º Tri/11 (-0,08%). No acumulado de 2011, o consumo do governo cresceu 1,9%.

**Gráfico 3: Taxa de desemprego (% da PEA)**



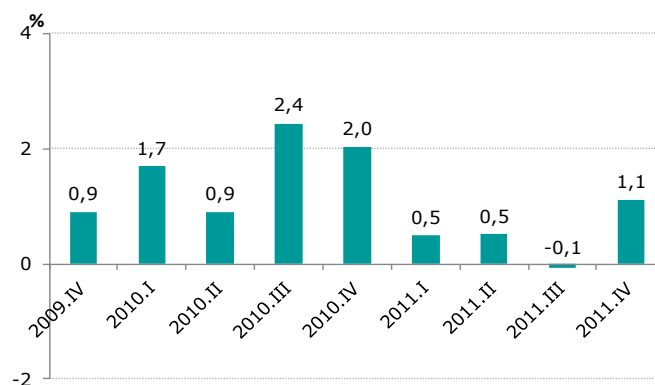
Fonte: Pesquisa Mensal do Emprego/IBGE

**Gráf. 4: Rendimento médio real habitualmente recebido**



Fonte: Pesquisa Mensal do Emprego/IBGE.

**Gráf. 5: Variação trimestral da despesa de consumo das famílias (%)**



Fonte: Contas Trimestrais IBGE.

**2.5 Inflação**

Em 2011, a inflação anual medida pelo IPCA ficou no teto da meta: 6,5% (Gráfico 6). Esse é o maior índice já registrado desde 2004.

Em janeiro de 2012, o índice de inflação apresentou leve queda, chegando a 6,2%. O índice IGP-M (índice geral de preços do mercado, calculado pela FGV) também indicou desaceleração nos preços, com variação anual de 5,1% em dez/11 e 4,5% em jan/12.

A inflação do setor de serviços foi mais elevada do que a dos demais setores. Entre julho de 2011 e fevereiro de 2012, a inflação do setor de serviços intensivos em mão de obra foi de 6,4%, enquanto a inflação geral ao consumidor medida pelo IPC FIPE subiu 3,2%. Isso se deve principalmente ao aumento do custo da mão de obra de médicos (9,3%), pedreiros (7,3%) e cabeleireiros (7,3%), entre outros.

**2.6 Mercado de Juros e Crédito**

Em 2012, em duas reuniões consecutivas, o Banco Central reduziu a taxa Selic para 9,75%. Essa medida indica uma intenção do governo de estimular o consumo das famílias via crédito e desestimular a entrada de dólares no país.

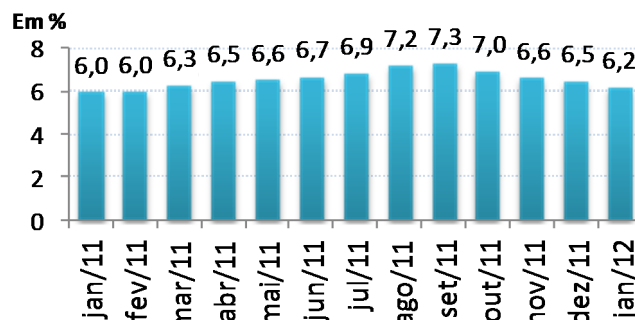
De acordo com dados do Banco Central, o endividamento das famílias brasileiras aumentou 7,2% no ano de 2011 e o volume total de crédito em relação ao PIB foi de 49%. Ao mesmo tempo, verifica-se aumento da taxa de inadimplência. (Gráfico 8).

**2.7 Câmbio**

No último trimestre de 2011, houve uma tendência de desvalorização do real. Assim, o dólar fechou o ano cotado a R\$1,88.

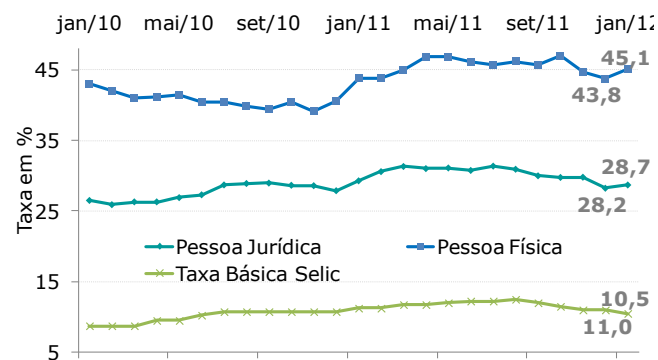
Contudo, países desenvolvidos adotaram uma política monetária expansionista, para estimular a economia. Essa medida aumentou o fluxo de entrada de capital estrangeiro no Brasil. Com isso, a tendência registrada nos primeiros meses de 2012 é de valorização da moeda nacional (Gráfico 9).

**Gráfico 6: Índice de Inflação IPCA - Acumulado nos últimos 12 meses**



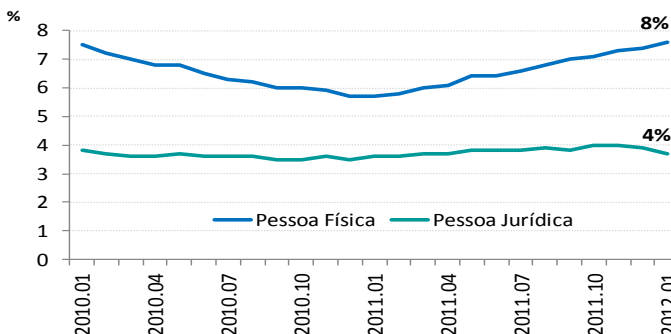
Fonte: SIDRA IBGE.

**Gráfico 7: Taxas de juros das operações de crédito**



Fonte: Banco Central.

**Gráfico 8: Taxas de Inadimplência**



Fonte: Banco Central.

**Gráfico 9: Taxa de câmbio—PTAX Venda.**



Fonte: Banco Central do Brasil.

**3. Síntese do Cenário Macroeconômico**

Variável	2010	2011	Δ% no período
PIB (R\$ bilhões 2011)	4.032.805	4.143.013	2,7%
Consumo da Administração Pública (R\$ milhões 2011)	852.895	870.033	1,9%
Consumo das famílias (R\$ Milhões 2011)	2.405.321	2.471.054	4,1%
<b>Emprego e Renda - PME (Regiões Metropolitanas)</b>	<b>Dez/10</b>	<b>Dez/11</b>	<b>Δ%no período</b>
População Ocupada (Em mil pessoas)	22.450	22.734	1,3
Empregados com carteira assinada (Em mil pessoas)	11.594	12.196	5,2
Empregados no setor público (Em mil pessoas)	1.721	1.720	-0,1
Renda média real (R\$ correntes)			
População Ocupada	1586,58	1.650,00	4,0
Setor privado com carteira assinada	1.470,97	1.529,30	4,0
Setor público	2.604,85	2.668,30	2,4
<b>Inflação</b>	<b>Dez/10</b>	<b>Dez/11</b>	<b>Jan/12</b>
IPCA (%) – Variação em 12 meses	5,90	6,50	6,20
IGP-M (%) – Variação em 12 meses	11,30	5,10	4,50
<b>Juros e Câmbio</b>	<b>Jan/11</b>	<b>Jan/12</b>	<b>Δ% Em 12</b>
Taxa de Juros Selic (%) - Último dia do mês	11,25	10,50	- 0,75 p. p.
Câmbio (R\$/US\$) - Último dia do mês	1,67	1,74	4%

**Referências**IBGE:

Banco de Dados Agregados—Sidra

Contas Nacionais Trimestrais/ 3º Trimestre

Pesquisa Mensal do Emprego—PME

Banco Central do Brasil:

Sistema Gerenciador de Séries Temporais—SGS

Boletim Focus

Ministério do Trabalho e Emprego — MTE:

Cadastro Geral de Empregados e Desempregados—Caged

Relação Anual de Informações Anuais — RAIS

**Saúde Suplementar em Números**

Os últimos dados disponíveis para o setor de saúde suplementar foram os divulgados em dezembro de 2011 (com data-base setembro de 2011), já analisados na 19ª Edição da Nota de Acompanhamento do Caderno de Informação da Saúde Suplementar de dezembro de 2011, disponível em <http://iess.org.br/Naciss19eddez11.pdf>

<sup>1</sup> Em 2011, o número total de criação de empregos é de 1,9 milhões, segundo dados atualizados. Esse número é maior do que o apresentado na tabela 2, pois, até o término desta Carta, os números não haviam sido atualizados no sistema CAGED.

**EQUIPE**

Luiz Augusto Carneiro  
*Superintendente Executivo*  
Amanda Reis A. Silva  
*Pesquisadora*  
Francine Leite  
*Pesquisadora*  
Marcos Paulo Novais Silva  
*Pesquisador*

Rua Joaquim Floriano 1052, conj. 42  
CEP 04534 004  
Itaim Bibi, São Paulo  
[www.iess.org.br](http://www.iess.org.br)

Tel: 55-11-3706-9747  
Fax: 55-11-3706-9746  
Email: [contato@iess.org.br](mailto:contato@iess.org.br)

Documento disponível em:  
<http://www.iess.org.br/ConjunturaSS16edjan2012.pdf>